

## **I - INTRODUÇÃO**

No cumprimento do preceito legal, apresenta-se o Relatório de Gestão relativo ao ano económico de 2016.

Este Relatório tem como objetivos essenciais, para além de um enquadramento macroeconómico e um apontar dos principais desafios que se colocam a esta entidade, explicitar o nível de execução dos documentos previsionais, analisar a situação económica e financeira da autarquia, avaliar a evolução do nível de endividamento de curto, médio e longo prazos e elaborar uma proposta para a aplicação do resultado líquido do exercício.

### **ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO**

#### **SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL**

A atividade económica mundial manteve, ao longo de 2016, os principais traços que a caracterizaram ao longo de 2015, esperando-se para o PIB mundial um crescimento na ordem dos 3,1%.

Nas economias avançadas, após uma evolução moderada da economia ao longo da primeira metade do ano, verificou-se, durante o segundo semestre, uma recuperação mais acentuada. Nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento observou-se, ao longo do primeiro semestre, uma ligeira melhoria nas perspetivas, apesar da elevada heterogeneidade entre países seguida, no entanto, de uma desaceleração inesperada.

Entre as economias avançadas, nos Estados Unidos, a atividade recuperou fortemente após um primeiro semestre fraco, aproximando-se a economia da situação de pleno emprego. Em diversas outras economias avançadas, a produção permaneceu abaixo do potencial, tendo os números do terceiro trimestre sido um pouco mais fortes do que previamente previsto, em algumas economias como em Espanha e no Reino Unido, onde a procura interna cresceu acima do esperado, após o voto de Brexit. Relativamente às economias emergentes e em desenvolvimento, o crescimento da atividade apresentou-se na China um pouco mais forte do que o esperado, suportada pelo continuado estímulo político tendo, por outro lado, manifestado uma maior debilidade em alguns países latino-americanos atualmente em recessão, como na Argentina, no Brasil, e na Venezuela em contínua deterioração, bem como na Turquia, país que enfrentou uma forte contração nas receitas do turismo. Na Rússia, a atividade apresentou-se ligeiramente melhor do que o esperado refletindo, em parte, preços do petróleo mais sustentados.

Na área do euro, que representa sensivelmente 66% da procura externa de bens e serviços dirigida à economia portuguesa, prosseguiu o processo de recuperação económica esperando-se, em 2016, um crescimento de 1,7%. Subjacente a este comportamento de referir, como principal contribuição, a procura interna apoiada pela orientação da política monetária do BCE. O mercado de trabalho manteve a tendência de recuperação situando-se o emprego, no entanto, inferior aos níveis pré-crise na generalidade dos países da área, e tendo a taxa de desemprego, embora com uma diminuição ligeira, permanecido acima de 10%. A recuperação da atividade económica foi generalizada à maioria dos países da área do euro, embora com diferenças de ritmo entre eles.

## **PORTUGAL**

Após um crescimento de 1,6% em 2015, a atividade económica em Portugal deverá registar um crescimento na ordem de 1,4% em 2016.

Estima-se que o consumo privado tenha aumentado em cerca de 2,1%, desacelerando face ao comportamento observado nos anos mais recentes fortemente associado à despesa em bens duradouros. De referir que, refletindo pressões ascendentes de origem interna e externa, a inflação deverá apresentar um crescimento de 0,8% (evoluindo de 0,5% em 2015), sendo de destacar o efeito do preço das matérias-primas, quer energéticas quer não energéticas numa tendência de inversão da trajetória de queda dos anos recentes. No que respeita ao mercado de trabalho, projeta-se para 2016, a continuação do crescimento do emprego e a manutenção da trajetória descendente da taxa de desemprego que se espera venha a situar nos 11,0%.

## **PRINCIPAIS DESAFIOS**

A continuação da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e as restrições relativas aos contratos de prestações de serviços definidas na LOE 2016 continuaram a colocar alguns desafios ao longo do ano, devido à necessidade constante de monitorização. Continuam os elevados constrangimentos orçamentais e as necessidades de reporte de informação à Administração Central, mesmo depois do término do programa de assistência económica e financeira internacional, exigindo uma alocação de meios substanciais do Departamento Administrativo e Financeiro.

As restrições às contratações de recursos humanos e a dificuldade de motivação dos colaboradores numa situação em que a possibilidade de progressão e

compensação dos mais empenhados está muito condicionada constitui um desafio para a gestão dos recursos humanos.

## **II - EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS**

Durante o ano de 2016 registou-se um grau de execução da despesa de 81,4% sendo que em 2015 era de 82,6% e um grau de execução da receita de 83,6% enquanto em 2015 era de 82,3%. As despesas correntes tiveram um nível de execução de 90,8% enquanto o das de capital foi de 57,8%, isto apesar de ao nível da receita se ter verificado uma execução de 32,8% nas receitas de capital e de 102,2% nas receitas correntes, o que significa a continuação do financiamento de despesa de capital por receita corrente. Todos os dados apontam para uma manutenção do elevado grau execução das receitas correntes, o que reflete o cuidado posto na elaboração dos documentos previsionais.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos teve uma diminuição de 74,8% para 43,0% devido essencialmente à conclusão do projeto de eficiência energética da iluminação pública que se prolongou para 2017.

### **INDICADORES DE NATUREZA ORÇAMENTAL**

#### **RÁCIOS SOBRE O GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS**

Receitas correntes – Despesas Correntes 3.662.298,32 € em 2015;

Receitas correntes – Despesas Correntes 3.640.505,27 € em 2016;

A poupança corrente diminui 21.793,05 € mantendo-se num nível elevado;

O município cumpre assim o princípio do equilíbrio orçamental previsto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL e no art.º 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

Designação	Fórmula de Cálculo	2015	2016
Cobertura das despesas pelas receitas	$\frac{\text{Receita Total}}{\text{Despesa Total}}$	99,66%	103,18%
Cobertura das despesas sem recurso a empréstimos	$\frac{\text{Receita Total} - \text{Passivos Financeiros}}{\text{Despesa Total}}$	97,72%	99,15%
Cobertura das despesas sem recurso a financiamento ou empréstimos de terceiros	$\frac{\text{Receita Interna}}{\text{Despesa Total}}$	32,72%	45,65%
Cobertura da despesa total por receitas controladas pela autarquia	$\frac{\text{Receitas Próprias}}{\text{Despesa Total}}$	18,86%	27,27%
Peso do pessoal nas despesas correntes	$\frac{\text{Pessoal}}{\text{Despesas Correntes}}$	51,85%	48,38%
Peso das despesas correntes nas receitas correntes	$\frac{\text{Despesas Correntes}}{\text{Receitas Correntes}}$	83,60%	84,47%
Peso das despesas de capital nas receitas de capital	$\frac{\text{Despesas de Capital}}{\text{Receitas de Capital}}$	139,26%	229,91%
Peso da despesa total na receita total	$\frac{\text{Despesa Total}}{\text{Receita Total}}$	100,34%	96,92%
Grau de cobertura das despesas com pessoal pelos fundos autárquicos correntes	$\frac{\text{Fundos Autárquicos Correntes}}{\text{Pessoal}}$	88,53%	90,49%
Grau de cobertura das despesas com aquisição de bens/serviços pelos fundos autárquicos correntes	$\frac{\text{Fundos Autárquicos Correntes}}{\text{Aquisição de Bens e Serviços}}$	122,00%	115,82%
Grau de cobertura do investimento pelos fundos autárquicos de capital	$\frac{\text{Fundos Autárquicos de Capital}}{\text{Investimento}}$	6,88%	27,97%

Conforme se pode verificar pela análise da tabela anterior o nível de cobertura das despesas em 2016 foi ligeiramente superior ao de 2015.

A cobertura das despesas pelas receitas internas e receitas próprias apresenta valores superiores aos do ano anterior demonstrando uma boa capacidade de financiamento interno desta entidade e portanto um satisfatório grau de independência.

O peso das despesas com pessoal nas despesas correntes diminui em relação ao ano anterior apesar do início da reposição salarial, o que revela um esforço de contenção e gestão adequada dos recursos humanos.

## RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA

A estrutura da receita corrente manteve-se pouco alterada de 2015 para 2016. No que diz respeito às receitas correntes os impostos diretos mantiveram o seu peso em cerca 20% do total destas. Os impostos indiretos e as taxas e as transferências e as vendas de bens e serviços mantiveram também a sua importância relativamente ao ano anterior. Constata-se ainda assim que se mantém uma capacidade considerável de financiamento por receitas próprias e controladas pelo município. Na estrutura das receitas de capital verificou-se que a importância dos empréstimos aumentou relativamente ao ano anterior, o que resultou do facto de o único empréstimo com libertações em 2015 referente ao projeto de eficiência energética da iluminação pública ter sido libertado na maior parte em 2016 e o valor das transferências de capital ter diminuído significativamente. Nas despesas correntes a estrutura manteve-se praticamente inalterada, apenas com um ligeiro aumento do peso das transferências correntes. Nas despesas de capital, o peso do investimento diminuiu para 54% pelas razões apontadas anteriormente.

## RÁCIOS SOBRE O GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

Designação	Fórmula de Cálculo	2015	2015
Peso dos fundos autárquicos de capital no investimento autárquico	$\frac{\text{Fundos Autárquicos de Capital}}{\text{Investimento}}$	6,88%	27,97%
Peso das receitas de transferências comunitárias de capital no investimento autárquico	$\frac{\text{Transfer. de Capital do Exterior}}{\text{Investimento}}$	79,47%	13,17%
Peso dos empréstimos no investimento autárquico	$\frac{\text{Empréstimos}}{\text{Investimento}}$	5,67%	36,67%
Peso do investimento na receita total	$\frac{\text{Investimento}}{\text{Receita Total}}$	34,46%	10,66%

Pode-se verificar que existiu um aumento do peso dos fundos autárquicos e dos empréstimos devido à diminuição do peso das transferências de capital do exterior. O peso do investimento na receita total teve uma diminuição.

### III - SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

No que diz respeito à situação económico-financeira deste exercício, comparada com o ano anterior, regista-se uma diminuição dos rácios de rendibilidade que resulta essencialmente da diminuição do resultado líquido.

#### ECONÓMICO - RESULTADOS

#### RÁCIOS DE RENDIBILIDADE

Designação	Fórmula de Cálculo	2015	2016
Rendibilidade dos fundos próprios	$\frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Fundos Próprios}}$	4,53%	2,52%
Rendibilidade dos capitais permanentes	$\frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Capitais Permanentes}}$	4,04%	2,27%
Rendibilidade do ativo	$\frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Activo Líquido}}$	2,72%	1,54%

Os rácios de rendibilidade acima apresentam valores inferiores aos do ano anterior devido à diminuição do resultado líquido, que no ano anterior tinha sido influenciado por uma diminuição muito expressiva das provisões do exercício, continuando no entanto a atingir valores bastante positivos.

#### ECONÓMICO – FINANCEIROS

#### RÁCIOS DE LIQUIDEZ E SOLVABILIDADE

Designação	Fórmula de Cálculo	2015	2016
Liquidez geral	$\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	1,02	1,21
Liquidez reduzida	$\frac{\text{Activo Circulante - Existências}}{\text{Passivo Circulante}}$	1,01	1,19
Liquidez imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$	0,51	0,77
Solvabilidade	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Fundos Alheios}}$	1,49	1,57
Autonomia financeira	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Activo}}$	59,91%	61,16%

Na análise dos rácios de liquidez e solvabilidade, verifica-se que estes apresentam valores superiores aos do ano anterior que já eram claramente positivos, o município continua a ter capacidade assinalável de solver as suas responsabilidades de curto prazo. Existe ainda uma estrutura de financiamento que permite o recurso a endividamento de médio e longo prazo, na medida em que a autonomia financeira atinge um valor superior aos 60% um pouca acima do ano anterior.

#### IV - EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

(unidade: euros)

Prazo	Designação	2015	2016
Curto prazo	Dívidas de terceiros	1.795.977,52	1.515.064,75
	Dívidas a terceiros	3.622.492,82	3.494.317,83
Médio e longo Prazos	Empréstimos bancários	8.650.290,83	8.457.273,38
	Acordo SUMA	271.322,01	
	Locação Financeira	639.181,37	524.533,11
	FAM	658.916,69	527.133,69

Existe uma diminuição de todas as rubricas do passivo.

#### V - LIMITE DÍVIDA TOTAL

(unidade: euros)

	2016
Limite Dívida Total DGAL	32.879.106,83
Dívida Total	12.495.820,00

O município cumpre assim os limites estabelecidos nos art.º 52.º e art.º 54.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

## VI - PESSOAL

Nos mapas a seguir apresentados pode-se verificar que esta entidade cumpre o estipulado na Lei 44/85

Limite às despesas com pessoal - artigo 10.º da Lei 44/85		
	Limite	Valor 2016
Receitas Correntes no ano anterior		22.333.895,53 €
Despesas com Pessoal do Quadro 60%	13.400.337,32 €	6.692.800,29 €
Despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação 25% do PQ	3.350.084,33 €	300.930,48 €

Limite às despesas com pessoal - artigo 3.º da Lei 18/2016		
	2015	2016
Despesas Pessoal	9.681.269,73 €	9.582.561,00 €

O município cumpre o estabelecido no artigo 3.º da Lei 18/2016

## VII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido do exercício no valor de 2.174.483,66 € seja aplicado da seguinte forma:

108.724,18 € - 5 % do resultado líquido para reservas legais de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.3.5 do POCAL;

2.065.759,48 € - Resultados transitados.

## VIII - FACTOS OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DAS CONTAS

Não se registou a ocorrência, entre a data de encerramento das contas e a sua apresentação para apreciação pelo órgão deliberativo, de nenhum facto que pudesse ter repercussão na informação relativa à prestação de contas.

Lousada 12 de Abril de 2017